

PLANO DE SALVAGUARDA DO MARABAIXO

IPHAN



PLANO DE SALVAGUARDA DO MARABAIXO

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Leandro Antonio Grass Peixoto

Diretoria do Iphan
Adriana Fátima Bortoli Araújo
Andrey Rosenthal Schlee
Cejane Pacini Leal Muniz
Daniel Borges Sombra
Deyvesson Israel Alves Gusmão

Departamento de Patrimônio Imaterial
Deyvesson Israel Alves Gusmão

Coordenação-Geral de Promoção e Sustentabilidade
Marina Duque Coutinho de Abreu lacerda

Coordenação de Apoio aos Bens Registrados
Aline Beatriz Miranda da Silva

Superintendência do Iphan no Amapá
Michel Bueno Flores da Silva

Departamento de Articulação, Fomento e Educação
Cejane Pacini Leal Muniz

Divisão de Editoração e Publicações do Patrimônio
Luciana Jobim Navarro



PLANO DE SALVAGUARDA DO MARABAIXO

Iphan, Brasília, 2025

Acompanhamento Técnico
CGPS/DPI
Alessandra Rodrigues Lima
Amanda Camylla Pereira Silva
Guilherme dos Anjos G. da S. Santana
Iury Frutuoso Furtado
Janila Betânia de Oliveira
Krislane de Andrade Matias
Luan Silveira Alves de Moura
Rafael Belló Klein
Zafenathy Carvalho de Paiva

Iphan-AP
Michel Bueno Flores da Silva
Evandro Elias de Barros Neto
Charles Sena Santos
Daniel Oliveira
Cristhiano Kolinski da Silva

Direção de Arte
rnld Nogueira

Projeto gráfico
David Arantes

Diagramação
Guilherme dos Anjos G. da S. Santana

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
www.Iphan.gov.br
publicacoes@Iphan.gov.br
dpi@Iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

I59p

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
Plano de salvaguarda do marabaixo / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2025.
72 p.

Modo de acesso: www.gov.br/iphan/pt-br
ISBN: 978-85-7334-480-6

1. Festas religiosas. 2. Patrimônio cultural imaterial. 3. Salvaguarda. I. Título.

CDD 263.97

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120



SUMÁRIO

EQUIPE DE TRABALHO 10

PLANO DE SALVAGUARDA DO MARABAIXO: COMPROMISSO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-AMAPAENSE 12

O MARABAIXO É... 18

MEMÓRIA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SALVAGUARDA 28

PRINCÍPIOS 44

EIXO 1 - MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ALCANCE DA POLÍTICA 48

EIXO 2 - DIFUSÃO, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO 56

EIXO 3 - PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL 64

EQUIPE DE TRABALHO

Detentores

Danniela Ramos, Danielly Ulchôa Paes (Danny Pancadão), Delcilene do Carmo Costa, Denira da Costa Santos, Esmeraldina dos Santos, Fábio José Espirito Santo Souza (Fabio Sacaca), Jaqueline dos Santos Nunes, Laura Silva, Lorrany Camilly da Costa Mendes, Marcelo Coimbra, Maria Alice Pereira de Souza, Maria Elisia Carmo Silva (Elisia Congó), Maria Izabel Santos da Silva (Dona Bebel), Mariane do Socorro Barreto Santana, Marinete Silva da Costa, Mônica do Socorro Ramos, Monique Ellen dos Santos Picanço, Solange do Carmo Costa (Solange da Campina Grande), Valdinete Silva da Costa, Wendel Marques Uchoa.

Iphan

Rafael Belló Klein (CGPS/DPI), Krislane de Andrade Matias (CGPS/DPI), Michel Bueno Flores da Silva (Iphan-AP), Evandro Elias de Barros Neto (Iphan-AP), Charles Sena Santos (Iphan-AP), Cristhiano Kolinski da Silva (Iphan-AP), Daniel Oliveira (Iphan-AP).

PLANO DE SALVAGUARDA DO MARABAIXO: COMPROMISSO COM O PATRIMÔNIO CULTURAL AFRO-AMAPAENSE

Em sua missão de proteger e promover o patrimônio cultural brasileiro, assegurando sua permanência e o pleno usufruto pelas gerações presentes e futuras, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desenvolveu um conjunto de ferramentas fundamentais para a salvaguarda dos bens imateriais.

Essa jornada de preservação começa com o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Mais do que um simples catálogo, o INRC é um ponto de partida — uma lente através da qual o país enxerga e compreende suas tradições. Por meio dele, o Iphan identifica, documenta e, sobretudo, mergulha na essência das manifestações culturais, registrando os significados que carregam para as comunidades, as histórias que evocam e os contextos onde ganham vida.

O passo seguinte é o Registro, que, a partir da elaboração de um Dossiê, reconhece oficialmente um bem imaterial como Patrimônio Cultural do Brasil. Trata-se de um marco simbólico e legal que assegura o valor daquela manifestação para a identidade nacional, garantindo a preservação de sua memória e prática para as futuras gerações.

Contudo, o processo não se encerra com o registro. Para que a salvaguarda seja efetiva, o Iphan, em parceria com os detentores da tradição, desenvolve o Plano de Salvaguarda — instrumento essencial para garantir que o patrimônio continue vivo e em constante renovação.

Fundamentado nos princípios da legalidade, da sustentabilidade e do protagonismo comunitário, o Plano de Salvaguarda do Marabaixo estabelece uma gestão integrada e sensível às realidades locais. Com metas bem definidas para o curto, médio e longo prazos, o plano propõe ações preventivas e corretivas diante de possíveis ameaças, assegurando a proteção dos saberes e das práticas que sustentam essa rica tradição.

Mais que um documento técnico, trata-se de um guia vivo e dinâmico, voltado à valorização, difusão e transmissão do Marabaixo, fortalecendo as comunidades que o praticam, promovendo a melhoria de suas condições de vida e a preservação dos recursos naturais de seus territórios. A preservação, nesse contexto, revela-se como um processo contínuo — um ciclo de reconhecimento e ação que entrelaça passado, presente e futuro em uma mesma teia de resistência e identidade.

Mais do que um plano de ações, este documento representa um pacto social, forjado pela força da mobilização comunitária. A salvaguarda de um bem cultural como o Marabaixo só se concretiza com o envolvimento direto daqueles que o vivem, praticam e mantêm pulsante. Por isso, o protagonismo das comunidades foi essencial em todas as etapas de sua construção. Ao valorizar os modos de vida, os símbolos e as visões de mundo dos praticantes do Marabaixo, o plano reafirma que o respeito à diversidade não é apenas um princípio, mas um dos pilares da identidade cultural brasileira.

Elaborado sob a liderança do Comitê Gestor da Salvaguarda do Marabaixo (CGMAP) — grupo de trabalho composto por representantes das comunidades, barracões, grupos e associações que mantêm viva a tradição no Amapá —, o plano reflete a dedicação de gerações que, há mais de dois séculos, preservam com orgulho essa herança afro-amapaense. Sua construção contou com o apoio indispensável de parceiros institucionais e da sociedade civil, a quem se dirige especial agradecimento.

Agora, inicia-se uma nova etapa: o desafio de transformar esse plano em ações concretas. É o momento de compromisso coletivo, de somar esforços para garantir que o Marabaixo siga vibrando — como expressão

viva da identidade afro-amapaense e como um dos mais significativos patrimônios culturais do Brasil.





O MARABAIXO É...

Reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, esse bem cultural foi oficialmente registrado no Livro de Registro das Formas de Expressão em 8 de novembro de 2018. Essa inscrição ocorreu durante a 91ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, órgão máximo de decisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). A decisão considerou a manifestação como um bem de relevância estadual.

Com raízes profundas na herança africana e no catolicismo popular, o Marabaixo reflete a identidade das comunidades negras do Amapá, cuja presença foi fundamental na formação da cultura do estado. Essa manifestação cultural remonta a 1750, quando africanos foram trazidos à força para trabalhar na construção da Fortaleza de São José de Macapá, marco inicial de uma história de resistência e preservação de saberes ancestrais.

O reconhecimento do Marabaixo como Patrimônio Cultural Brasileiro carrega um simbolismo profundo e comovente. Seu nome remete à expressão "mar-a-baixo", uma alusão direta aos navios negreiros que cruzavam o Atlântico, trazendo em seus porões homens, mulheres e crianças escravizados. Essa travessia forçada deixou marcas indeléveis que ainda reverberam nos cantos, rituais e práticas preservadas com fé e resistência pelas comunidades negras do Amapá. Por meio de saberes transmitidos de geração em geração, essas comunidades mantêm viva uma tradição que é, ao mesmo tempo, expressão de espiritualidade, memória e pertencimento.

Como expressão viva das tradições afro-amapaenses, o Marabaixo representa a voz de uma identidade coletiva que resistiu a séculos de exclusão, preconceito e invisibilidade. Tornou-se símbolo de resistência e preservação cultural, mantendo práticas ancestrais não apenas vivas,

mas cada vez mais presentes no cotidiano do Amapá. Graças à dedicação de grupos e comunidades tradicionais que perpetuam o saber-fazer marabaixeiro, essa manifestação continua a fortalecer e a moldar a identidade étnico-racial do povo afro-amapaense.

O Marabaixo é, portanto, uma das mais autênticas e significativas expressões culturais do Amapá. Trata-se de uma manifestação rica e multifacetada, que une música, dança e fé, e que incorpora diversas formas de arte produzidas coletivamente, como a literatura oral, a musicalidade, a construção de instrumentos, as artes plásticas, o artesanato, a dança e as artes cênicas e lúdicas. É uma fusão de elementos rituais, espirituais e lúdicos, entrelaçados nos saberes tradicionais e na profunda relação entre o sagrado e o cotidiano das comunidades. Embora tenha origem em rituais religiosos, sua presença ultrapassa os limites das festividades sagradas, ganhando espaço em praças, escolas e eventos públicos, onde a dança e os tambores ecoam em novos palcos, reafirmando sua vitalidade e poder de reinvenção.

O Marabaixo está presente ao longo de todo o ano, marcando o calendário das comunidades afro-católicas do Amapá. Sua presença ecoa nas festividades dedicadas aos padroeiros locais, assim como em cerimônias oficiais, eventos culturais, shows, palestras e oficinas. Os rituais que compõem o Marabaixo — incluindo missas, novenas, ladainhas, festejos e as próprias Rodas de Marabaixo — são pautados na devoção aos santos padroeiros, com destaque especial para o culto ao Divino Espírito Santo, elemento central que articula fé e tradição nas comunidades.

E é durante o Ciclo do Marabaixo que a manifestação alcança seu ponto alto. Este ciclo, em honra ao Divino Espírito Santo e à Santíssima

Trindade, é um período de celebrações religiosas e culturais que se estende por mais de dois meses: inicia no Sábado de Aleluia (entre março e abril) e culmina no Domingo do Senhor, o primeiro domingo após Corpus Christi, em junho.

Paralelamente à programação oficial, a vitalidade do Marabaixo se expande pelos barracões e sedes de associações em todo o estado. Nestes locais, uma série de atividades ganha vida: missas, ladainhas, alvoradas com fogos, cortejos e as tradicionais rodas de marabaixo, que se misturam a danças, bailes e outras festividades. As celebrações também são marcadas pela culinária, com o preparo de bebidas e pratos típicos como a gengibirra e o famoso caldo de carne, o "cozidão".

A programação do Ciclo do Marabaixo é um percurso festivo e ritualístico, marcado por uma série de eventos que celebram a fé e a cultura. O ciclo começa no Sábado de Aleluia com uma alvorada de fogos, marabaixos de aceitação, ladainha e o Baile da Aleluia. No Domingo de Páscoa, as celebrações continuam com os marabaixos da Ressurreição. A jornada segue com o Marabaixo do Trabalhador em 1º de maio, e com os cortes e levantamentos de mastros em diversas comunidades, culminando no "Domingo do Mastro". A programação é enriquecida com o cortejo da Murta, novenas do Divino Espírito Santo e da Santíssima Trindade, bailes e rodas de marabaixo. Há também celebrações especiais, como o Marabaixo do Dia das Mães e o Marabaixo das Crianças. O ciclo chega ao seu ápice com os marabaixos de Corpus Christi e as festas em honra à Santíssima Trindade. O encerramento solene é marcado pela derrubada do mastro, uma grande roda de marabaixo, jantar e um baile de encerramento, que sela a conclusão de mais um ano de tradição.

Em uma Roda de Marabaixo, a cena se enche de cores e movimento. As mulheres, elegantemente vestidas, usam saias longas e floridas, camisas brancas, colares e lenços sobre os ombros, com uma flor atrás da orelha. Os homens, de branco ou com a camiseta de seu barracão, tocam os tambores — as "caixas de marabaixo" — com baquetas robustas. Juntos, entoam versos improvisados, os "ladrões", muitos de temática religiosa, e dançam em um círculo contínuo e hipnotizante.

Os ladrões são canções e versos improvisados que retratam o cotidiano, a história e as lutas das comunidades negras. Por muito tempo, serviram como a principal forma de expressão e reivindicação social, protestando contra injustiças e relatando fatos históricos. Entre as composições mais marcantes, destacam-se "Irmã Catita", de Mestre Velho Eufrásio, que narra a chegada do primeiro avião a Macapá, e "Aonde tu vai rapaz?", de Raimundo Ladislau, sobre o deslocamento de moradores para o bairro do Laguinho. Esses versos são a prova da força do Marabaixo como ferramenta de memória e resistência.

O ritmo no Marabaixo é tão diverso quanto as comunidades que o praticam. Ele varia de acordo com o ladrão — a cantiga entoada —, a tradição de cada comunidade e a habilidade dos tocadores. Uma roda pode ter de três a sete percussionistas, que são, em sua maioria, homens, embora a presença feminina esteja se tornando cada vez mais comum. Os tambores, as "caixas de marabaixo", são tocados com baquetas. O som é criado quando a percussão no couro produz ondas que vibram a "esteira da caixa", um conjunto de miçangas que confere à música sua sonoridade inconfundível.

A dança do Marabaixo se move em passos curtos e arrastados, impulsionada pelos cantos e pelo som das caixas de marabaixo. Esses

tambores, confeccionados artesanalmente por famílias que preservam essa herança, são o coração da manifestação. Com forte influência do catolicismo popular, o Marabaixo surgiu como uma forma de agradecimento por promessas feitas aos santos, mas também como uma expressão de alegria e alívio nos raros momentos de descanso dos negros escravizados. Transmitida de geração em geração, essa tradição se entrelaça com o fazer religioso, louvando diversas entidades e mantendo viva uma história de fé e resistência.

As indumentárias, especialmente as femininas, são uma parte essencial do Marabaixo. Com suas saias rodadas e floridas em cores vibrantes, as mulheres expressam a alegria de estar na roda, cantando e dançando ao som das caixas. Cada detalhe — as anáguas, a camisa branca, os colares, o lenço no ombro e a flor atrás da orelha — reforça a beleza, a resistência e a identidade do povo do Marabaixo.

Mais do que um simples evento cultural, o Marabaixo é uma tradição viva que se perpetua de geração em geração, mantendo a memória e a identidade do povo afro-amapaense. O INRC desenvolvido de fevereiro de 2013 a março de 2014, inventariou 14 grupos praticantes, indicando a existência de mais 27 comunidades onde se pratica o Marabaixo, em sua maioria localizadas no município de Macapá. Já o Dossiê apontae a ocorrência da manifestação em um total de 36 comunidades, conforme abaixo listamos:

01-Abacate da Pedreira (Rodovia AP-70 / Macapá); 02-Alto do Pirativa (Rodovia Duca Serra - Rio Matapi / Santana); 03-Ambé (BR-156. Sentido Oiapoque / Macapá); 04-Areal do Matapi (BR-156 / Macapá); 05-Campina Grande (BR-156 /Macapá); 06-Carmo do Maruanum (BR -156. Sentido Laranjal do Jari/Macapá); 07-Carvão (Rodovia AP-10 /

Mazagão); 08-Casa Grande (Rodovia AP-70 / Macapá); 09-Cinco Chagas do Matapi (Rodovia Duca Serra - Rio Matapi / Santana); 10-Conceição do Macacoari (Rodovia AP-70 / Macapá); 11-Conceição do Maruanum (BR-156-sul/ Macapá); 12-Coração (BR-156 /Macapá); 13-Curiaú (Rodovia AP-70 /Macapá); 14-Fátima do Maruanum (BR-156-sul/ Macapá); 15-Ilha Redonda (BR-210 / Macapá); 16-Joaquina do Maracá (BR-156-sul / Mazagão); 17-Lagoa de Fora (Rodovia Duca Serra / Macapá); 18-Lagoa dos Índios (Rodovia Duca Serra / Macapá); 19-Maruanum (BR-156-sul / Macapá); 20-Mazagão (Rodovia AP-10 / Mazagão); 21-Nossa Senhora do Desterro (BR-210 - Rio Matapi / Macapá); 22- Nossa Senhora da Conceição do Maruanum (BR-210 - Rio Matapi/Macapá); 23-Ressaca da Pedreira (Rodovia AP-70 / Macapá); 24-Rosa (BR-156-sul / Macapá); 25-Santa Luzia do Maruanum (BR-156-sul / Macapá); 26-Santo Antônio do Matapi (BR-210 - Rio Matapi / Macapá); 27-São Francisco do Matapi (BR-156-sul / Santana); 28-São João do Matapi (Rodovia Duca Serra - Rio Matapi / Santana); 29-São José do Matapi/Porto do Céu (Rodovia Duca Serra - Rio Matapi/Santana); 30-São José do Mata Fome (Rodovia AP-70 / Macapá); 31-São Miguel do Maracá (BR-156-sul /Mazagão); 32-São Raimundo do Maruanum (BR-156-sul / Macapá); 33-São Raimundo do Pirativa (Rodovia Duca Serra - Rio Matapi / Macapá); 34-São Tiago do Matapi (BR-156 / Macapá); 35-Torrão do Matapi (BR-156-sul /Macapá); 36- Igarapé do Lago (Santana).

Na Cidade de Macapá cinco grupos de Marabaixo: Associação Cultural Berço do Marabaixo (ACBM), Bairro Favela; Associação Cultural Raimundo Ladislau – ACRL (Bairro Laguinho); Associação Folclórica Cultural Raízes da Favela – AFCRF (Bairro Favela); Associação Folclórica Marabaixo do Pavão – AFOMAPA (Bairro Laguinho); Associação Zeca

e Bibi Costa – AZEBIC (Bairro Favela). Em Macapá, Herdeiros do Marabaixo e Marabaixo do Laguinho; em Santana, União dos Devotos de Nossa Senhora do Igarapé do Lago; em Mazagão e Grupos de Devotos de São Benedito.

Graças ao empenho da comunidade detentora do bem cultural, o Marabaixo hoje é uma manifestação cultural vibrante e resiliente, que preserva suas tradições ao mesmo tempo que se adapta e conquista novos espaços. Ele continua sendo um pilar da identidade afro-amapaense, mas a sua relevância transcende as comunidades tradicionais, sendo reconhecido como um símbolo cultural de todo o Amapá. Embora a essência do Marabaixo continue ligada aos rituais religiosos e aos barracões, a manifestação tem se expandido para outros contextos. O que antes era praticado principalmente por pessoas mais velhas, hoje atrai um público mais jovem e diverso. É comum ver apresentações em eventos públicos, escolas e até mesmo a participação de mulheres como percussionistas, uma função historicamente masculina. Além disso, a tecnologia tem ajudado a levar o Marabaixo para além das fronteiras do Amapá. Projetos de gravação e digitalização dos "ladrões" (as canções) estão sendo desenvolvidos, o que garante a preservação do seu legado e amplia a visibilidade da cultura para o mundo todo.

Apesar dos avanços, o Marabaixo ainda enfrenta desafios. Um dos principais é a necessidade de expandir a manifestação para o interior do estado, onde sua rica cultura ainda é pouco conhecida. Há também a luta para que o Marabaixo seja incluído como conteúdo pedagógico nas escolas, garantindo que as novas gerações conheçam e valorizem a sua própria história. No entanto, o Marabaixo atual é um testemunho da força de uma cultura que resistiu a séculos de opressão. Ele se mantém

vivo e pulsante, honrando o passado enquanto constrói um futuro onde a sua beleza e significado são celebrados e respeitados por todos.




da Favela

MEMÓRIA DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE SALVAGUARDA

A busca pelo reconhecimento do Marabaixo como patrimônio imaterial brasileiro começou em 2008, mas a jornada foi complexa. Naquele ano, indicações parlamentares para registrar a "Prática afrorreligiosa do Marabaixo" e o "Ritual do Marabaixo" foram enviadas ao Ministério da Cultura/Iphan. No entanto, essas solicitações não prosperaram, pois não estavam de acordo com os critérios legais do Decreto 3.551/2000, que determina quem pode formalizar um pedido de registro.

Em 2009, o Instituto Cultura Brasileira, do Rio de Janeiro, apresentou uma nova proposta ao Iphan para registrar tanto o Marabaixo quanto o Batuque. Embora se tratasse de uma sociedade civil, a solicitação foi novamente barrada. O motivo: a proposta não tinha o apoio das comunidades praticantes do Marabaixo, um requisito fundamental da política federal de patrimônio imaterial. A instituição, que não tinha qualquer vínculo com as comunidades, também não respondeu às tentativas de contato do Iphan. Essa falta de diálogo foi um dos pontos cruciais que impediram o avanço do processo.

Embora o pedido de registro do Marabaixo tenha sido analisado e arquivado na 18ª reunião da Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial, em março de 2011, devido à ausência de mobilização e anuência da comunidade envolvida, a Superintendência do Iphan no Amapá reconheceu a importância cultural da manifestação e passou a articular-se com os grupos locais. Esse processo envolveu aproximação com os praticantes, esclarecimentos sobre a política de patrimônio imaterial e oferta de apoio técnico.

Com base na relevância do Marabaixo como referência cultural para o estado do Amapá e nos pedidos anteriores de reconhecimento, a Superintendência deu início a um diálogo estruturado com as

comunidades detentoras da prática, apresentando as ferramentas de pesquisa e promoção desenvolvidas pelo Iphan. Em parceria com a Coordenação-Geral de Identificação e Registro do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), contratou-se a empresa Estilo Nacional, de Belo Horizonte, para a realização do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Marabaixo.

Realizado entre fevereiro de 2013 e março de 2014, o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) identificou 14 grupos praticantes do Marabaixo e mapeou outras 27 comunidades envolvidas, principalmente em Macapá. A pesquisa gerou ampla documentação — com fotografias, entrevistas, registros de festas, fichas temáticas e um vídeo documentário — em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

Pode-se afirmar categoricamente que a elaboração do Plano de Salvaguarda do Marabaixo surge a partir de demandas identificadas durante o processo de elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Marabaixo, concluído em 2014.

Após a conclusão do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), a Superintendência do Iphan no Amapá iniciou, entre 2014 e 2016, um processo de mobilização com os grupos de Marabaixo inventariados. O objetivo foi socializar os conhecimentos produzidos, apresentar a Política Nacional do Patrimônio Imaterial e esclarecer os procedimentos para o Registro.

Como resultado, foi criado um Comitê Gestor com representantes de doze associações e comunidades envolvidas, responsável por levantar demandas e dificuldades enfrentadas na reprodução da manifestação. O comitê incluiu associações culturais e grupos dos municípios de

Macapá, Santana, Carvão e Mazagão, como a Associação Cultural Berço do Marabaixo, Marabaixo do Laguinho, Pavão, Raimundo Ladislau, Raízes do Bolão, Raízes da Favela, Zeca e Bibi da Costa, Quilombo de Ilha Redonda, União Folclórica de Campina Grande, Herdeiros do Marabaixo, UDNSC de Santana, São Tomé e Irmandade de São Benedito.

Com caráter participativo, o Comitê Gestor elaborou, em parceria com o Iphan, a proposta formal de Registro do Marabaixo. Após discutir a representatividade do proponente, decidiu-se que a Superintendência do Iphan encaminharia o pedido. O texto, produzido coletivamente em oficina, recebeu o título Marabaixo: história e elementos formadores do povo amapaense e apresenta a caracterização da manifestação, suas origens, desafios, formas de realização e a importância de seu reconhecimento como patrimônio cultural.

O pedido de Registro do Marabaixo como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil correu sob Processo SEI nº 01450.009858/2016-70, aberto neste Departamento de Patrimônio Imaterial – DPI em 26 de setembro de 2016. A solicitação de reconhecimento foi apresentada pela Superintendência do Iphan no Amapá, a partir do diálogo com a comunidade do Marabaixo, e enviado à Presidência do Iphan em 15 de junho de 2016, acompanhado de declarações de anuência compostas pelas assinaturas de 294 praticantes.

Após o recebimento do pedido de registro, a Coordenação de Registro do DPI emitiu Nota Técnica reconhecendo que o INRC apresentava as informações básicas necessárias para a instrução do processo. No entanto, sugeriu a avaliação de possíveis complementações, como estudos sobre etnomusicologia, coreografia, aprofundamento histórico, ampliação da identificação de grupos do interior do Amapá e

comparações com o Batuque. Também recomendou a reformulação do dossiê, pois o original não atendia aos critérios editoriais do Iphan. Na 32ª reunião, em 26 de abril de 2017, a Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial considerou o pedido de Registro pertinente e recomendou a continuidade do processo, considerando as observações da Coordenação de Registro. Na 32ª reunião, em 26 de abril de 2017, a Câmara Setorial do Patrimônio Imaterial considerou o pedido de Registro pertinente e recomendou a continuidade do processo, considerando as observações da Coordenação de Registro.

O Marabaixo, então, foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, foi inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão como um bem cultural de relevância estadual em 8 de novembro de 2018, durante a 91ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, órgão colegiado de decisão máxima do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sendo inscrito no Livro de Registro das Formas de Expressão por se tratar de uma manifestação cultural e religiosa do catolicismo popular das comunidades negras do estado do Amapá que envolve produção literária, musicalidade, dança, artes plásticas, artesanato, artes cênicas e lúdicas produzidas pela coletividade, que saberes e práticas que são transmitidas de uma geração para outra.

Em 2019, a Superintendência do Iphan no Amapá deu início às "primeiras" ações de salvaguarda do Marabaixo, enquanto Patrimônio Cultural Brasileiro Registrado, visando difundir, promover e valorizar essa manifestação cultural em territórios além de Macapá, onde estava majoritariamente concentrada. O Marabaixo também era praticado nos municípios limítrofes de Santana e Mazagão, mas pouco conhecido nas

demais regiões do estado. Com esse propósito, detentores e técnicos do Iphan visitaram sete municípios do interior: Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Serra do Navio e Tartarugalzinho. As atividades aconteceram principalmente nas escolas das redes municipal, estadual e federal, incluindo o Instituto Federal do Amapá (IFAP).

Nestas visitas, as apresentações das rodas de Marabaixo mobilizavam o público, que participava ativamente das danças e da percussão das caixas. Antes das apresentações, técnicos do Iphan realizavam palestras para explicar o papel do Instituto no registro e na salvaguarda do Marabaixo enquanto patrimônio cultural brasileiro. Em seguida, os próprios detentores compartilhavam aspectos históricos, culturais, sociais e políticos da manifestação. Complementava as ações a exibição do videodocumentário produzido durante o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Um dos momentos mais marcantes ocorreu em Calçoene, onde a comitiva do Marabaixo encontrou o grupo de zimba da comunidade quilombola Cunani, no Parque Arqueológico do Solstício. O intercâmbio cultural resultou numa roda conjunta de tambores e dança, registrada em fotos e vídeos feitos com drone. Essas imagens, que continuam a ser usadas em materiais promocionais, simbolizam uma experiência inesquecível e enriquecedora para todos os envolvidos.

Esse processo de salvaguarda não apenas reviveu memórias antigas, mas também contribuiu para a construção de novas histórias. Como dizem os próprios detentores, “no Marabaixo é assim: cada canto tem sua história, cada quilombo tem seu jeito e cada preto tem sua prosa.”

Em 2020, com a emergência da pandemia de Covid-19, as atividades presenciais foram temporariamente suspensas, interrompendo a continuidade das ações planejadas para o ano seguinte nos municípios ainda não visitados. Durante o período de isolamento social 2020-2021, tornou-se evidente a necessidade de formalizar o Comitê Gestor da Salvaguarda do Marabaixo (CGMAP), processo iniciado no primeiro trimestre de 2021.

Em março de 2021, ocorreu um encontro online, conduzido com foco no letramento em patrimônio cultural, abordando especialmente a Política Nacional de Patrimônio Imaterial, voltado para os detentores que se conectaram virtualmente. A partir desse momento, foi possível estabelecer uma rotina regular de reuniões com o objetivo de elaborar o Regimento Interno do CGMAP, que foi finalizado em agosto do mesmo ano, quando também foi eleito o primeiro grupo oficial do comitê gestor.

Impulsionados por uma intensa mobilização comunitária, o I Seminário da Salvaguarda do Marabaixo marcou um momento histórico para a cultura amapaense. O evento, realizado em outubro de 2021, deu início à construção coletiva do Plano de Salvaguarda do Marabaixo, um documento é essencial para guiar as políticas públicas que garantirão a sustentabilidade dessa manifestação cultural ao longo do tempo.

O seminário reuniu detentores de diversos grupos de marabaixo, o Comitê Gestor da Salvaguarda do Marabaixo (CGMAP) e representantes de várias instituições públicas, demonstrando a força do diálogo e da cooperação entre diferentes esferas. Durante a cerimônia de abertura, a solenidade foi embalada por apresentações musicais no ritmo do marabaixo. Diversos representantes ressaltaram a importância do evento para a construção de políticas públicas eficazes e o fortalecimento do

patrimônio cultural do Amapá. Ainda no primeiro dia, após as falas institucionais, foi exibido um videodocumentário. Em um momento de grande emoção, uma marabaixeira destacou a importância do Plano de Salvaguarda para a continuidade da manifestação cultural, especialmente em homenagem a mestres que já partiram. Após o almoço comunitário, a tarde foi dedicada à estruturação do Plano de Salvaguarda. A equipe trabalhou com os detentores, seguindo os quatro eixos propostos pelo Manual de Elaboração de Planos de Salvaguarda do Iphan. Essa colaboração direta foi crucial para garantir que o plano refletisse as necessidades e aspirações das próprias comunidades marabaixeiras. No segundo dia do evento, na parte da manhã, os detentores foram divididos em grupos correspondentes aos quatro eixos estruturantes do plano: Eixo I - Mobilização Social e Alcance da Política; Eixo II - Gestão Participativa no Processo de Salvaguarda; Eixo III - Difusão e Valorização; e Eixo IV - Produção e Reprodução. Cada grupo ficou responsável por debater, dialogar e propor ações específicas, levando em conta o contexto atual do marabaixo relacionado a cada eixo. Ao final, os grupos apresentaram suas propostas ao plenário, realizando ajustes a partir das contribuições e sugestões coletivas. O evento foi encerrado com essa importante contribuição coletiva ao processo de elaboração do Plano de Salvaguarda do Marabaixo.

No segundo semestre de 2023, as ações de salvaguarda do Marabaixo foram expandidas para municípios do Amapá ainda não visitados. O objetivo foi levar atividades pedagógicas não-formais a escolas públicas, com o intuito de valorizar e reconhecer a manifestação cultural. Em parceria com os próprios detentores do Marabaixo, a iniciativa incluiu a exibição de um documentário e palestras sobre a história e o contexto

sociocultural da manifestação, ressaltando sua importância como Patrimônio Cultural do Brasil. Essas atividades criaram um espaço de diálogo direto entre estudantes e marabaixeiros, permitindo que os detentores compartilhassem suas experiências. Essa abordagem educativa está alinhada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que defende uma visão mais ampla da educação, integrando os processos formativos que se desenvolvem também nas manifestações culturais. O ponto alto desses encontros nas comunidades escolares foi a realização da roda de Marabaixo, ocasião em que os participantes puderam apreciar e interagir com as performances dos marabaixeiros nos toques, cantos e danças típicas da manifestação.

Em 2023, com o aumento para 49 grupos de marabaixo catalogados no Amapá, segundo a Fundação Marabaixo, tornou-se urgente a realização de um novo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). O objetivo foi de mobilizar e incluir esses novos grupos nas ações de salvaguarda. Por isso, as demandas iniciais do processo de registro do marabaixo precisaram ser atualizadas. Durante um evento, foram debatidos os desafios para manter a vitalidade da manifestação, especialmente no Ciclo do Marabaixo, e reforçou-se a importância de criar ações que promovam e valorizem todos os grupos envolvidos.

No início de agosto de 2024, foi realizada uma reunião com o Comitê Gestor do Marabaixo para retomar a revisão e finalização do Plano de Salvaguarda do Marabaixo para sua impressão e publicação. Em 16 de agosto de 2024, o Plano de Salvaguarda do Marabaixo, desenvolvido pelo Comitê em 2021, foi apresentado em uma roda de conversa virtual. O encontro, conduzido por técnicos do Departamento de Patrimônio Imaterial, visa discutir estratégias para a preservação do Marabaixo.

Foram propostas ações de valorização e promoção, como a criação de biografias dos membros de academias de Marabaixo e Batuque e o estabelecimento de parcerias com a Escola de Música Walkiria Lima, Unifap e UEAP. Para a difusão, a sugestão foi divulgar materiais já existentes, como DVDs e cartilhas, e criar canais digitais para alcançar um público mais amplo.

No final de agosto, entre os dias 28 e 30, uma intensa jornada de três dias foi dedicada à revisão final do Plano de Salvaguarda do Marabaixo. As oficinas contaram com a participação de um técnico do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), que acompanhou de perto os trabalhos. No primeiro dia, os participantes acordaram coletivamente a metodologia que guiaria os encontros. Em seguida, passaram à leitura detalhada de cada ação prevista no plano original, elaborado em 2021. Cada item foi discutido minuciosamente, sendo editado em tempo real: trechos a serem suprimidos eram riscados; novas propostas, destacadas em vermelho. Nesse turno, concentrou-se a atenção no Eixo 1, que trata da mobilização e articulação de comunidades, além da articulação interinstitucional. O segundo dia seguiu a mesma lógica. Foram revisados os Eixos 2 e 3, que abrangem ações voltadas à difusão do bem cultural, à educação e produção de conhecimento, à transmissão de saberes, ao apoio às condições materiais de produção e ao fomento à cultura. No terceiro e último dia, o grupo atribuiu responsabilidades a pessoas e instituições parceiras para cada ação prevista. Além disso, utilizaram tarjetas coloridas para classificar a prioridade de execução: vermelho indicava ações prioritárias, amarelo prioridade média e verde baixa prioridade.

Em 15 de setembro de 2024, durante um encontro dedicado à salvaguarda do Marabaixo, a Coordenadora-Geral de Promoção e Sustentabilidade do Iphan apresentou a Política de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Em sua fala, fez um breve resgate do processo que culminou no registro do Marabaixo nos Livros de Registro do Iphan, destacando os marcos e articulações que permitiram esse reconhecimento oficial. A partir do registro, explicou, inicia-se uma nova fase: a construção de um plano de salvaguarda elaborado em parceria entre o Iphan e os detentores do bem cultural. Esse plano tem como objetivo principal garantir a continuidade e a viabilidade do patrimônio, por meio de ações que envolvem documentação, investigação, promoção, valorização, transmissão e, quando necessário, revitalização das práticas culturais. Três pilares foram destacados como fundamentais na política de salvaguarda: a autonomia das comunidades detentoras, a sustentabilidade cultural e a articulação entre instituições. Para isso, é essencial identificar os problemas enfrentados pelo bem cultural, valorizar seus aspectos mais significativos, planejar estratégias de ação e envolver as instituições públicas nas esferas municipal, estadual e federal. A coordenadora ressaltou ainda o papel dos Coletivos Deliberativos, espaços participativos e democráticos que assumem um papel central na gestão do processo de salvaguarda. Segundo ela, o plano deve ser construído de forma compartilhada, com propostas de curto, médio e longo prazos, estruturadas em eixos, objetivos e ações alinhadas às realidades e necessidades da manifestação cultural.

Na sequência, foi apresentado o Plano de Salvaguarda do Marabaixo, elaborado pelo Comitê Gestor em parceria com o Iphan. A apresentação foi conduzida pelo técnico Iphan-AP, que convidou as marabaixeiras

— representantes do Comitê — para compartilharem as etapas da construção coletiva do plano. Relataram os avanços desde 2021 até as oficinas realizadas em agosto de 2024. As ações do plano foram lidas e comentadas pelas próprias detentoras, organizadas em três grandes eixos: Mobilização e Articulação; Difusão, Educação e Produção de Conhecimento; e Produção e Reprodução Cultural. Cada ação foi contextualizada, permitindo aos presentes uma compreensão mais profunda das propostas. Entretanto, devido à limitação de tempo, a leitura das ações foi interrompida ainda no terceiro eixo. Importante destacar que este evento teve caráter informativo e não de validação do plano. Ficou acordado que a validação formal ocorrerá em um encontro posterior, após a diagramação do documento final — que será transformado em livro — momento em que se iniciará a fase de publicação e execução das ações previstas.

Em 14 de abril de 2025, o Iphan e o Comitê Gestor da Salvaguarda do Marabaixo (CGMAP) se reuniram para alinhar os passos finais da elaboração do Plano de Salvaguarda. A reunião teve como foco a revisão e validação do texto final, bem como a preparação do conteúdo para impressão e publicação. Discutiu-se a importância da realização de um evento participativo para obter as anuências formais das comunidades marabaixeiras, etapa fundamental para a validação coletiva do plano. Também foi definida a seleção de imagens do banco do Iphan e de acervos pessoais, com atenção à cessão de uso e ao respeito aos direitos autorais. Ficou definido que os nomes equipe de trabalho foi composta pelas detentoras seriam incluídos no material final como reconhecimento. Duas apresentações introdutórias foram planejadas: uma institucional, escrita por técnicos do Iphan-AP, e outra pelas detentoras, elaborada a

partir de texto previamente escrito, ilustrada com imagens representativas do Marabaixo. A memória do processo de construção do plano ficou sob responsabilidade do Iphan-AP, com complementações dos técnicos da CGPS, incluindo o histórico de criação do Comitê Gestor. Por fim, as detentoras informaram que os conteúdos organizados nos eixos temáticos do plano não necessitavam de novas correções, indicando que o trabalho técnico e comunitário de construção estava, de fato, na reta final.


Marabaixo






Plano de Salvaguarda
Marabaixo
EIXO 1 MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO
EIXO 2 DIFUSÃO, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO
EIXO 3 PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL





PRÍNCIPIOS

Integrar as marabaixeiras e marabaixeiros nas equipes de execução das ações de qualquer natureza voltadas para o Marabaixo

A participação social ativa é um pressuposto fundamental da política de salvaguarda do patrimônio imaterial, do mesmo modo que a autonomia dos detentores na gestão da salvaguarda é um dos pilares da política. Dessa forma, é imprescindível que haja sempre a integração dos marabaixeiros e marabaixeiras no planejamento, execução e monitoramento das ações previstas neste plano de salvaguarda.

Promover iniciativas de combate ao racismo e de promoção da igualdade racial no âmbito das ações plano de salvaguarda

Tendo em vista que o Amapá é um estado com a população majoritariamente negra e que o Marabaixo é uma das expressões culturais de matriz africana mais expressivas do estado, é fundamental considerar que as ações de salvaguarda presentes neste plano sejam desenvolvidas sob uma perspectiva antirracista e de promoção da igualdade racial. Ao se configurar como um instrumento de salvaguarda de uma manifestação cultural do patrimônio imaterial afro–brasileiro, espera–se que a publicação deste plano de salvaguarda possa contribuir para a afirmação e efetivação dos direitos culturais da população negra, historicamente atacados negados, desprezados e invisibilizados, e que possa estimular a multiplicação de políticas públicas de combate ao racismo e de promoção e valorização da cultura de matriz africana, nos variados níveis governamentais e em todas as áreas de atuação.


VIVA O CANTO
DO
QUILOMBO




AZEBIC
CICLO DO
MARABAIX

EIXO 1 – MOBILIZAÇÃO E ARTICULAÇÃO

Objetivo 1.1 – Mobilização e articulação de comunidades e grupos

Ações voltadas para o fortalecimento da participação dos detentores do patrimônio cultural na elaboração e execução de políticas públicas em prol do bem registrado.

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
1.1.1. Realizar reuniões periódicas entre detentores de diferentes localidades e grupos de Marabaixo com as instituições públicas para desenvolver o processo de salvaguarda.	Comitê Gestor Possíveis parceiros: Fundação Marabaixo, UNA, Iphan, IMPROIR, Sebrae.	Baixa (já ocorre, mas deve ser fortalecida).
1.1.2. Promover anualmente o congresso estadual sobre o Marabaixo, que contemple cursos, oficinas e apresentações de ações, projetos e políticas públicas para o patrimônio cultura.	Comitê Gestor, Grupos de Marabaixo, Associações de Marabaixo, Fundação Marabaixo e Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo, Iphan.	Baixa (já ocorre, mas deve ser fortalecida).

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
1.1.3. Criar e promover uma subcomissão de marabaixeiros subordinados ao Comitê Gestor para participar das discussões referentes às ações de salvaguarda, obedecendo ao regimento interno em diálogo permanente sobre as demandas dos grupos de Marabaixo.	Comitê Gestor.	
1.1.4. Concluir Regimento Interno do Comitê Gestor e promover protocolo de comunicação e consulta com os marabaixeiros.	Iphan e Comitê Gestor.	

Objetivo 1.2 – Articulação Interinstitucional

Ações voltadas para a integração da salvaguarda do Marabaixo com diferentes programas de políticas públicas, a partir do desenvolvimento de projetos integrados nas esferas governamentais (municipal, estadual e federal), da articulação com instituições públicas e/ou privadas e da ampliação de parcerias para a valorização do bem registrado e dos detentores.

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
1.2.1. Promover ações de articulação dos detentores com os conselhos de políticas públicas de diferentes níveis governamentais, em especial com os conselhos de cultura, educação e assistência social estadual e municipais.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP); Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); União dos Negros do Amapá (UNA).	Alta (realização em curto prazo).
1.2.2. Articular junto às Secretarias municipais e estadual de educação a criação de projetos que abordem o Marabaixo nas instituições de ensino em todo o estado do Amapá, utilizando como base a Lei Federal Nº 10.639/2003 e a Lei Nº 11.645/2008 que rege sobre História e Cultura Afro–Brasileira e Indígena com objetivo de combater o racismo estrutural e institucional.	Comitê Gestor Possíveis Parceiros: Universidades e Institutos Federais; Secretaria de Estado da Educação (SEED/AP); Conselho Estadual de Educação (CEE/AP); Secretaria de Cultura do Estado do Amapá (SECULT/AP); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP); Secretarias Municipais de Educação.	Média (ocorre timidamente – realização em médio prazo).

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
1.2.3. Fomentar a discussão com setores governamentais sobre a efetivação do marco regulatório das festas tradicionais nas zonas urbanas e rurais.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP); Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); União dos Negros do Amapá (UNA); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Secretaria de Cultura do Estado do Amapá (SECULT/AP); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP); Fundação Municipal de Cultura de Macapá (FUMCULT/PMM); Ordem dos Advogados do Brasil Secção Amapá (OAB/AP).	Média (ocorre timidamente – realização em médio prazo).
1.2.4. Articular junto às Secretarias de Turismo e Secretarias de Cultura o incentivo às ações de promoção e difusão do Marabaixo visando o turismo cultural nas comunidades tradicionais e/ou quilombolas.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); União dos Negros do Amapá (UNA); Associações quilombolas; Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá; Secretaria de Estado do Turismo (Setur); Secretaria Municipais de Turismo; Associação dos Guias de Turismo do Amapá (AGTUR–AP).	Média (ocorre timidamente – realização em médio prazo).

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
1.2.5. Articular junto às instâncias governamentais políticas públicas de igualdade racial e combate ao racismo, voltadas para o Marabaixo.	Comitê Gestor Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); União dos Negros do Amapá (UNA); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (IMPROIR); Secretaria estadual e municipais de educação; Ordem dos Advogados do Brasil Secção Amapá (OAB/AP); Ministério Público Federal (MPF).	Média (ocorre timidamente – realização em médio prazo).
1.2.6. Firmar parcerias com órgãos ambientais do Amapá para formulação de plano de manejo e acesso às espécies vegetais utilizadas no período do Ciclo do Marabaixo.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); União dos Negros do Amapá (UNA); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (IMPROIR); Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR); Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP); Superintendência do IBAMA no Amapá (IBAMA-AP); Secretarias Municipais de Agricultura.	Alta (realização em curto prazo – urgente, não acontece).

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
1.2.7. Promover a articulação junto a instituições de ensino superior amapaenses sobre o desenvolvimento de ações para a valorização do Marabaixo e da cultura afroamapaense.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (IMPROIR); Universidades e Institutos Federais; Secretaria de Estado da Educação (SEED/AP); Conselho Estadual de Educação (CEE/AP); Secretaria de Cultura do Estado do Amapá (SECULT/AP); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP); Secretarias Municipais de Educação e Cultura.	Média (ocorre timidamente – realização em médio prazo).





EIXO 2 – DIFUSÃO, EDUCAÇÃO E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Objetivo 2.1 – Difusão sobre o bem cultural registrado

Ações voltadas para a produção e disponibilização de conteúdos a respeito do bem cultural registrado em diferentes suportes e mídias, para os vários segmentos da sociedade.

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
2.1.1. Promover, junto a instituições e órgãos parceiros, ações de difusão e valorização do Marabaixo.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); União dos Negros do Amapá (UNA); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP); Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (IMPROIR).	Média (ocorre timidamente – realização em médio prazo).

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
2.1.2. Elaborar cartilhas pedagógicas sobre o Marabaixo, em parceria com as secretarias de educação e cultura municipais e estadual, Iphan e Comitê Gestor.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; União dos Negros do Amapá (UNA); Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Secretaria de Estado da Educação (SEED/AP); Conselho Estadual de Educação (CEE/AP); Secretaria de Cultura do Estado do Amapá (SECULT/AP); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP); Secretarias Municipais de Educação; Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (IMPROIR); Meios de Comunicação – Rádio e TV.	Média (foi elaborada uma cartilha municipal voltada para o Ensino Fundamental 1, mas feita sem participação de detentores e sem consulta ao Comitê Gestor ou as associações e grupos de Marabaixo).
2.1.3. Promover a cultura do Marabaixo nos pontos turísticos estaduais. Exemplos: Fortaleza de S. José, Casa do Artesão, Museu Sacaca.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Secretaria de Estado do Turismo (SETUR); Secretaria Municipais de Turismo; Fortaleza de São José; Casa do Artesão; Museu Sacaca; Aeroporto.	Média (ocorre timidamente – realização em médio prazo).

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
2.1.4. Articular com os pontos turísticos do estado do Amapá exposições e ações com o intuito de promover e valorizar o Marabaixo.	Comitê Gestor Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); União dos Negros do Amapá (UNA); Associações quilombolas; Coordenação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Amapá; Secretaria de Estado do Turismo (Setur); Secretaria Municipais de Turismo; Associação dos Guias de Turismo do Amapá (AGTUR–AP); Fortaleza de São José; Casa do Artesão; Museu Sacaca e Aeroporto.	Média (ocorre timidamente, falta fortalecer – realização em médio prazo).
2.1.5. Promover a criação e potencializar os canais exclusivos de divulgação para divulgar o do Marabaixo.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (IMPROIR); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP).	Alta (realização em curto prazo – urgente, não acontece).

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
2.1.6. Produzir e divulgar panfletos e catálogos das festas tradicionais e do Ciclo do Marabaixo.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (IMPROIR); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP).	Média (ocorre timidamente, com materiais virtuais e/ou poucos exemplares do material físico – realização em médio prazo).
2.1.7. Estabelecer relações de intercâmbio cultural com diferentes países e estados da federação, para a promoção do Marabaixo, exposição de produtos e apresentações culturais.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (IMPROIR); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP).	Média (ocorre mais com outros países, como Guiana Francesa, Angola, do que com outras Unidades da Federação – realização em médio prazo).

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
2.1.8. Registrar e publicar a biografia de mestras e mestres do Marabaixo.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP); Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (ALEAP).	Alta (realização em curto prazo – urgente, não acontece).

Objetivo 2.2 – Ação educativa e produção de conhecimento

Colaborar com as instituições educacionais públicas e privadas de todos os níveis na realização e/ou execução de projetos de extensão que envolvam a disseminação da cultura afro amapaense.

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
2.2.1. Colaborar com as instituições educacionais públicas e privadas de todos os níveis na realização e/ou execução de projetos de extensão e que envolvam a disseminação da cultura afro amapaense.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Escolas Públicas e privadas; Universidades e Faculdades; Gestores escolares.	Baixa (já ocorre, mas deve ser fortalecida).
2.2.2. Realizar periodicamente e divulgar mapeamento dos grupos e dos locais tradicionais de realização das rodas de Marabaixo, em especial os barracões e festas tradicionais	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); União dos Negros do Amapá (UNA); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR).	Baixa (já ocorre, mas deve ser fortalecida de forma responsável).





EIXO 3: PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CULTURAL

Objetivo 3.1 – Transmissão de saberes relativos ao bem cultural registrado

Incentivar e viabilizar o aprendizado dos rituais do Marabaixo pelas novas gerações, dentro dos grupos e das comunidades.

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
3.1.1. Incentivar e viabilizar o aprendizado dos rituais do Marabaixo pelas novas gerações, dentro dos grupos e das comunidades.	Comitê Gestor Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Coordenação das Festas Tradicionais.	Baixa (já ocorre, mas deve ser fortalecida).
3.1.2. Promover oficinas de canto, dança, composições de ladrões de Marabaixo, confecção de caixas de Marabaixo etc.	Comitê Gestor Possíveis Parceiros: Movimento Nação Marabaixeira; Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); União dos Negros do Amapá (UNA); Coordenação das Festas Tradicionais; Instituições de Ensino.	Baixa (já ocorre, mas deve ser fortalecida).

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
3.1.3. Promover oficinas voltadas para o público infantil para a valorização do bem cultural (teatro de fantoches, contação de histórias etc.).	Comitê Gestor Possíveis Parceiros: Instituições de Ensino; Associação Raízes do Bolão (Esmeraldina Santos); Museu Sacaca.	Baixa (já ocorre, mas deve ser fortalecida de forma responsável).
3.1.4. Promover palestras sobre a prática do bem cultural, seus sentidos e valores, ministradas pelos detentores.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Profissionais da Educação.	Média (ocorre timidamente, falta fortalecer – realização em médio prazo).

Objetivo 3.2 – Apoio às condições materiais de produção dos bens culturais registrados.

Ações diretas ou indiretas para facilitar a obtenção e/ou aquisição de matérias–primas e equipamentos necessários.

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
3.2.1. Apoiar espaços coletivos para a produção e reprodução do bem cultural.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Ministério da Cultura (MinC); Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP).	Alta (realização em curto prazo – urgente, não acontece).
3.2.2. Incentivar o empreendedorismo, fabricação, divulgação e vendas de produtos relacionados à cultura do Marabaixo.	Detentores em geral e Associações e Grupos de Marabaixo.	Baixa (já ocorre, mas deve ser fortalecida).
3.2.3. Incentivar em parceria com diferentes instituições o plantio de gengibre, matéria–prima da gengibirra, nas comunidades.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR); Instituto de Extensão, Assistência e Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP); Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Comitê Gestor; Universidades.	Alta (realização em curto prazo – urgente, não acontece).

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
3.2.4. Estabelecer parcerias com órgãos como a Secretaria de Agricultura e o Sebrae para comercialização de produtos que tenham o gengibre na sua composição como a gengibirra e doces.	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Marabaixeiros "empreendedores".	Alta (realização em curto prazo – urgente, não acontece).
3.2.5. Realizar ações de cunho jurídico em parceria com a OAB e Ministério Público para efetivação das legislações vigentes e implementação de outras Leis de acordo com a necessidade.	Comitê Gestor Possíveis Parceiros: Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); União dos Negros do Amapá (UNA); Ordem dos Advogados do Brasil Secção Amapá (OAB/AP); Ministério Público Federal (MPF).	Baixa (já ocorre, há uma comissão na OAB).
3.2.6. Apoiar ações de cidadania (carreta da mulher, saúde bucal, etc) dentro dos Barracões onde ocorre o ciclo do Marabaixo e requerer o tombamento deles	Comitê Gestor Possíveis Parceiros: Associações e Grupos de Marabaixo; Academia Amapaense de Batuque e Marabaixo (AABM); Secretaria da Saúde do Amapá (SESA); Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS); Instituto de Hematologia e Hemoterapia do Amapá (HEMOAP); Serviço Social do Comércio (SESC); Lideranças Comunitárias.	Média (ocorre timidamente, falta fortalecer – realização em médio prazo).

Objetivo 3.3 – Fomento ao bem cultural.

Ações voltadas para a valorização de iniciativas relativas à salvaguarda do universo cultural do bem registrado, sobretudo as iniciativas desenvolvidas pelos detentores do Marabaixo.

AÇÃO	EXECUÇÃO	PRIORIDADE
3.3.1. Fortalecer a participação em editais e/ou premiações para a valorização de mestras, mestres e de grupos de Marabaixo.	Comitê Gestor e Iphan Possíveis Parceiros: Fundação Marabaixo – Fundação Estadual de Política de Promoção de Igualdade Racial (FEPPIR); Instituto Municipal de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (IMPROIR); Conselho Estadual de Política Cultural (CEPC/AP); Assembleia Legislativa do Estado do Amapá (ALEAP)Detentores em geral e Associações e Grupos de Marabaixo.	Baixa (já ocorre, mas deve ser fortalecida).
3.3.2. Finalização do Regimento Interno do Comitê Gestor do Marabaixo e estruturação de atividades como: definição de ponto focal para comunicação, elaboração de protocolo para atendimento ao público em geral etc.	Comitê Gestor e Iphan	Alta (realização em curto prazo – urgente, precisa conclusão)


BARRACÃO
TIA GERTRUDES





CRÉDITOS FOTOGRAFIAS

Acervo Iphan/AP
páginas: 40, 41

Max Gabriel da Silva Penha
páginas: 7, 16, 17, 26, 27, 42, 43, 46, 47, 62, 63, 69, 70, 71

Pedro Gontijo
páginas: Capa, 3, 45, 54, 55

O corpo do texto deste livro foi composto com fontes da família
Minion Pro, para os títulos utilizou-se a fonte Alfa Slab One.

Edições IPHAN